



ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania

Activismo em rede: dinâmicas locais e globais nos movimentos sociais portugueses

PEREIRA, Inês

Doutoranda em Antropologia Urbana

CIES/ISCTE / FCT

icfp@iscte.pt

Resumo

A presente comunicação baseia-se numa tese de doutoramento em curso sobre a constituição de redes entre movimentos sociais e pretende reflectir sobre a participação de activistas e colectivos portugueses em redes transnacionais ligadas a movimentos sociais e nomeadamente ao denominado movimento anti-globalização. A análise desenrola-se em três níveis, abarcando (1) a participação em plataformas inter-associativas internacionais, (2) as trajectórias de mobilidade dos activistas e (3) o processo de mobilização, organização e convergência em determinados eventos que se tornaram emblemáticos do activismo transnacional. A partir de um cruzamento entre dados estatísticos, incursões etnográficas e depoimentos biográficos, procurar-se-á perceber de que forma as redes activistas portuguesas se imbrincam num quadro transnacional mais amplo, o que permitirá trazer a lume processos de negociação identitária; dinâmicas glocais; e padrões de mobilidade específicos. A articulação entre estas diferentes dimensões permite também discutir de que forma e através de que mecanismos e instrumentos se constituem e ampliam estas redes sociais.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; redes; global/local; internacionalização





1. Activismo em rede?

A presente comunicação parte de uma tese de doutoramento em curso, que pretende questionar o modo como se constroem redes de relações entre diversos movimentos sociais, focando simultaneamente os processos de ampliação e internacionalização dos movimentos sociais e os processos de convergência de acções, projectos e causas. Enquadra-se, desta forma, num aceso debate sobre a – eventual – emergência de um movimento de movimentos, o chamado movimento anti/alter-globalização, protagonista daquilo a que alguns autores têm chamado ‘novíssimos’ movimentos sociais. Nesta apresentação focar-me-ei particularmente nas dinâmicas de internacionalização e na articulação entre as escalas local e global, abordando diferentes redes de participação global dos movimentos e activistas portugueses nos últimos anos.

A história dos movimentos sociais mostra-nos distintos processos de ampliação e de convergência de projectos, referências simbólicas, acções e actores dos movimentos sociais, processos que tomam diferentes formas e que se baseiam em distintos instrumentos em diferentes épocas históricas. A amplificação e convergência de redes entre movimento sociais é, como já foi referido, marcada por duas tendências contraditórias, uma tendência centrífuga, de ampliação no espaço e no tempo de projectos, ideologias e referências (mas também de actores e repertórios de acção), e outra centripeta, de convergência ou mesmo fusão.

Uma primeira modalidade de articulação entre movimentos sociais tem precisamente a ver com a ideia da internacionalização da luta, tendência que, não obstante ser particularmente discutida em torno dos actuais movimentos globais, vem desde muito longe, como nos mostram análises quer sobre uma primeira vaga de movimentos internacionais (discutindo-se o impacto da revolução francesa, a natureza transnacional das mobilizações em torno da Comuna de Paris em 1848, o impacto da Revolução Russa de 1917 ou, claro, a Internacional), quer sobre uma segunda vaga, em torno da ascensão dos chamados novos movimentos sociais, a partir dos anos 60 (na qual, através dos meios de comunicação de massas, diferentes movimentos de cariz fortemente identitário atravessaram fronteiras, construindo-se enquanto redes parciais, simultaneamente globais e locais). Esta logica internacionalista foi ainda, em seguida, apropriada por muitas organizações ligadas a diversos tipos de movimentos sociais e projectos de solidariedade internacional que se estabeleceram em diversos países, a partir dos anos 70, em diversos países, dos quais a Amnistia Internacional ou o Greenpeace podem surgir como referências paradigmáticas.

Nos últimos anos, o debate sobre os processos de internacionalização dos movimentos sociais tem sido particularmente intenso, englobando discussões sobre a internacionalização de causas (focando-se por exemplo nas chamadas causas globais, causas específicas, de cariz inicialmente local, mas que se tornaram reclamadas por apoiantes espalhados por todo o mundo, como tem vindo a ser o caso do movimento neo-zapatista ou do movimento de apoio à Palestina, que surgem neste contexto como referências incontornáveis, enquanto paradoxos da glocalidade, locais mas com solidariedade por todo o mundo); mas também da internacionalização de acções, quer através da disseminação de repertórios de acção de cariz modular, quer através do desenvolvimento de acções concertadas. Circuitos revolucionários marcados pelo *swarming* (conflitos simultaneos auto-organizados que explodem um pouco por toda a parte); pelo *summit-hopping* (eventos globais diacrónicos inter-relacionados, ocorrendo regularmente em locais distintos, como foi – e é ainda – o caso da Internacional ou, mais recentemente das mobilizações anti-G8), ou ainda pela organização de eventos simultaneos, sincrónicos e coordenados (dos quais a manifestação global de 15 de Fevereiro de 2003 contra a guerra no Iraque constitui um exemplo paradigmático): todas estas formas de acção dos movimentos sociais se destacam-se pelo seu caracter simultaneamente local e global.



Na presente comunicação sugiro que a internacionalização dos movimentos sociais ocorre com base em distintos mecanismos de rede, nós específicos que se encontram em articulação. Considerando que os movimentos sociais podem ser vistos como redes de (1) indivíduos; (2) actores colectivos (associações, instituições, cooperativas, grupos informais, etc...) e (3) eventos (espaços-tempos de interacção inter-relacionados); proponho que o processo de internacionalização dos movimentos sociais pode ser visto a partir de três dinâmicas, distintas mas inter-relacionadas: (1) o processo de mobilização, organização e convergência em determinados eventos que se tornaram emblemáticos do activismo transnacional; (2) as trajectórias de mobilidade dos activistas e (3) a participação de colectivos e associações nacionais em redes e plataformas inter-associativas internacionais.

Nas páginas que se seguem atentarei em cada um destes casos, através do recurso a exemplos retirados do trabalho de campo efectuado no âmbito da tese¹. Na conclusão reflectirei sobre uma nova questão: quais os instrumentos que permitem que estes processos de internacionalização se verifiquem de facto?

2. Eventos locais

MayDay MayDay em toda a parte

O Mayday, o primeiro Mayday lisboeta começou na Alameda Afonso Henriques, com um churrasco vegetariano. No entanto, este desfile – o Primeiro de Maio dos trabalhadores precários, da imensa legião de jovens e não tão jovens que trabalham a recibos verdes, bolsas, contratos temporários – é uma réplica de um evento que começou, alguns anos antes, em Milão e que, nos últimos anos tem sido progressivamente integrado no calendário contestatário de diversas cidades (reproduzindo-se o conceito e estética discursiva, embora em diferentes formas de articulação com outras celebrações do Dia do Trabalhador). Quando cheguei, a relva estava povoada de activistas, cartazes e faixas, e também pejada de comunicação social, procurando recolher depoimentos de jovens precários. Pouco tempo depois de eu ter chegado partimos, numa grande agitação. A manifestação, que percorreu a Guerra Junqueiro e depois toda a Avenida de Roma, atraía a atenção dos transeuntes. Era particularmente colorida, com uma atitude performativa assinalável, que incluía passos de aeróbica (treinados no dia anterior, na festa mayday), coreografias adaptadas de canções conhecidas e muitas canções de vários países.

De olhos postos em Lisboa – Cimeira Alternativa Europa-Africa

Em Dezembro de 2007, Lisboa recebeu a Cimeira Europa-Africa, acolhendo dirigentes máximos de um grande número de Estados europeus e africanos. A história desta cimeira, que não cabe nestas páginas, foi alvo de grande atenção mediática. Mas, simultaneamente, em 8 e 9 de Dezembro, um conjunto de ONGs e associações reunem-se em Lisboa, para organizar uma cimeira alternativa, que teve lugar na Faculdade de Belas Artes, e que foi construída com base numa rede internacional e num grupo de organizações portuguesas que asseguraram a organização local. Este evento alternativo incluiu uma curta sessão plenária introdutória, à qual se seguiram semi-plenários em torno de eixos fundamentais (Recursos naturais e Soberania alimentar, Imigração, Desenvolvimento Económico e Direitos Humanos), e também workshops auto-organizados. No segundo dia, teve lugar uma sessão plenária na qual foi preparada uma declaração final, seguindo-se uma manifestação pelas ruas de Lisboa. Para além deste programa, havia diversos stands de associações portuguesas, bem como um programa cultural, que incluía filmes, festas, comida internacional e debates.



Viajando para a Europa – o Forum Social Europeu de Atenas

. O primeiro Forum Social, o Mundial, aconteceu em 2001 na cidade brasileira de Porto Alegre. A ideia inicial deste evento era fazer convergir, num espaço-tempo determinado, diferentes movimentos sociais, associações, ONGs, activistas do mundo inteiro, para discutir e propor alternativas, de uma forma proactiva. Desde aí, repetiram-se regularmente os Foruns Sociais Mundiais e começaram a aparecer réplicas: continentais, regionais, nacionais... O 4º Forum Social Europeu, em Atenas, ao qual me desloquei em conjunto com a delegação do Bloco de Esquerda – delegação essa que incluía vários indivíduos não filiados neste partido, já que a inscrição era aberta não apenas a militantes, mas também a activistas de movimentos sociais e a investigadores, estudiosos do tema. O Forum durou cinco dias, nos quais houve vários seminários de discussão, organizados por diversas entidades e abarcando diversos temas, e também havia *stands* de organizações e actividades culturais. E no final, um desfile pelas ruas de Atenas, juntando os mais variados grupos contestatários. No último dia foi a assembleia dos movimentos sociais, onde os participantes se concentraram numa sessão plenária. O recinto do Forum era marcado simultaneamente por processos de convergência e de segmentação. Por um lado havia uma convergência de activistas, e as cumplicidades menos intuitivas e apriorísticas apareciam e construíam-se, mas por outro havia uma certa segmentação entre espaços, havia o local onde estavam os partidos, *stands* de ONGs, e os seminários e depois as pessoas que pairavam pela relva...

Uma das características mais interessantes da acção dos movimentos sociais é a sua organização em ciclos temporais marcados, também, pela ocorrência de grandes eventos de convergência, quer reactivos – acompanhando eventos paralelos – quer pro-activos, propondo espaços-tempos alternativos. Estes eventos afirmam-se como recortes temporais específicos, com uma grande densidade de actores e de acção colectiva, e com grande poder de construção identitária, quer internamente, numa lógica de auto-afirmação, quer perante o exterior, numa atitude performativa. Ao afirmarem-se como momentos de grande concentração de actores individuais e colectivos, estes eventos de convergência surgem como um palco privilegiado para a observação de processos de interacção e de negociação extremamente complexos, pondo a nú tendências contrastantes de unicidade e de fragmentação interna, tensões constitutivas da própria dinâmica reticular. Conceber os eventos como situações precisas no espaço-tempo não nos deve, todavia, fazer esquecer que estes são simultaneamente processos, construídos e preparados ao longo de largos ciclos temporais, e que também se repercutem a posteriori em dinâmicas diversificadas, prolongando o seu impacto no espaço e no tempo. É neste sentido que os eventos surgem como mecanismos de rede, propiciando a construção de relações através do seu efeito de convergência, ao mesmo tempo que resultam de alinhamentos pré-existentes e negociados num recorte temporal mais amplo.

Como, de resto, toda a acção dos movimentos sociais, a organização de um evento pode ocorrer em várias escalas, do nível mais local ao mais global. Focando-me particularmente na dimensão internacional, podemos afirmar que a integração de contextos nacionais em redes globais de eventos se pode basear em três grandes processos: a participação de grupos nacionais em eventos internacionais; a organização local de eventos internacionais (face inversa da situação anterior) e a organização de réplicas, ou seja, de eventos que repetem (muitas vezes em simultâneo) *happenings* que estão a acontecer noutra parte do mundo. Os três apontamentos etnográficos com que se começou esta secção constituem bons exemplos destas três tendências, se no caso do Forum Social Europeu e da Cimeira Alternativa Europa-Africa estamos perante macro-eventos globais (num caso ocorrido em Portugal, noutro exigindo a deslocação), no caso do Mayday estamos perante um desfile que replica um conceito e uma forma de acção que foi modularmente transposta para a realidade local. Nos três casos, parece notar-se uma justaposição entre as suas características locais e globais, é nesse sentido que podemos falar de glocalidade. Uma característica



particularmente interessante dos três eventos aqui em análise é precisamente a sua dinâmica glocal, simultaneamente local e global, sendo marcados por uma tensão entre (1) a lógica global que caracteriza a sua retórica discursiva, (2) o pressuporem determinados padrões de mobilidade dos actores envolvidos, (3) o próprio impacto conjuntural do contexto específico onde se desenrolam e (4) o processo de reapropriação simbólica do espaço e de produção de localidade desenvolvido no seu seio e eventualmente repercutido a posteriori. Os eventos em análise foram seleccionados por permitirem, precisamente, discutir a interacção entre dinâmicas locais, fundadas num contexto urbano específico e globais, envolvendo mobilidades múltiplas dos actores envolvidos. Por outro lado, de diversas formas, estes eventos tiveram um impacto significativo nas redes internacionais que se desenvolveram quer durante a sua organização, quer a posteriori, servindo, em diversos casos, para criar pontes entre países e movimentos.

3. Contextos colectivos

Se é verdade que a acção dos movimentos sociais se ancora, com frequência, em momentos de grande expressividade, também não é menos verdade que uma grande parte da sua acção ocorre, a mais longo prazo, com base em diferentes organizações, plataformas, associações e grupos informais. Estas, por sua vez, estão, também internconectadas entre si, sendo frequentemente protagonistas de processos de internacionalização.

A constituição de redes inter-organizativas desenrola-se segundo distintos modelos. Podemos identificar três grandes tipos de redes internacionais inter-organizativas, de acordo com o seu tipo, sendo posteriormente possível dividir cada um destes em dois, como se pode ver no esquema abaixo:

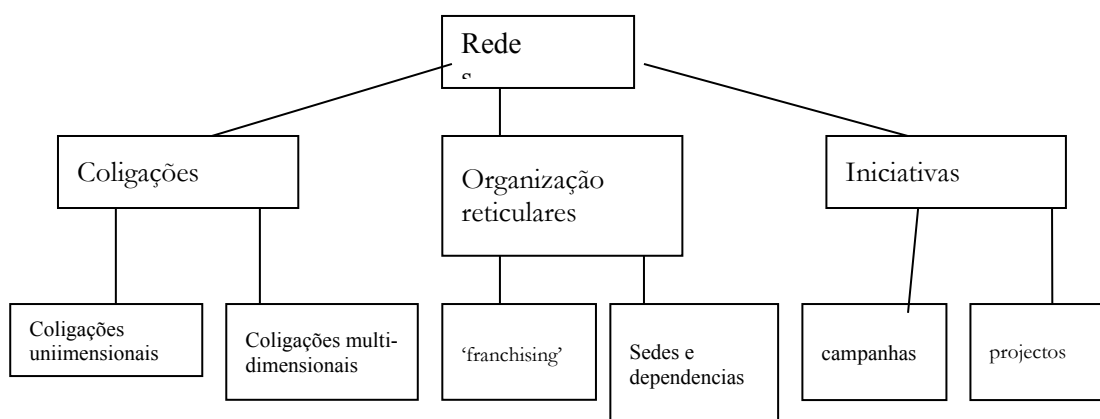


Figura 1 – Diagrama de diferentes tipos de redes inter-organizativas

Por coligação, refiro-me a redes que são constituídas por um conjunto de organizações distintas e independentes, que se unem numa plataforma comum (que pode ter, ou não, uma existência jurídica e corpos sociais separados). A organização interna deste tipo de redes pode ter uma cariz mais vertical ou mais horizontal, e pode passar por mecanismos organizativos fixos, como a eleição de delegados, ou basear-se em formas de articulação mais flexíveis). Estas coligações podem ainda juntar organizações que trabalham na mesma área ou organizações que trabalham em áreas distintas, mas que se juntam, ou sob um conceito mais abrangente (anti-capitalismo, direitos humanos, etc...) ou ainda em torno de uma região específica. Durante o trabalho de campo realizado em Portugal tive oportunidade de contactar com muitas



plataformas pertencentes ao primeiro tipo (como as redes internacionais do comércio justo, do software livre ou de grupos ecologistas, movimentos que se baseiam em organizações descentralizadas mas articuladas entre si), tendo também contactado com algumas redes do segundo tipo (nomeadamente plataformas que se constituíam, de forma mais abrangente, em torno da ideia do anti-capitalismo, ou redes anti-discriminação, que juntavam diferentes organizações de grupos que são de alguma forma discriminados).

Por organizações reticulares refiro-me a organizações únicas que têm dependências em diversos países, quer numa forma de *franchising*, em que a coordenação interna é fraca, havendo uma grande autonomia de cada uma das delegações, quer de forma mais hierárquica e vertical, com um gabinete central que coordena a organização de dependências em várias partes do mundo. Este modelo, de alguma forma 'tradicional', é ainda muito forte, sendo usado quer por organizações paradigmáticas, como a Amnistia Internacional, que está estabelecida em Portugal desde há bastantes anos, quer por organizações cuja constituição foi mais recente, como o Indymedia-Centro de Media Independente, ou a ATTAC, duas organizações características dos 'novíssimos' movimentos sociais que têm presença em Portugal.

Finalmente, as iniciativas referem-se a redes de diferentes organizações que se juntam em torno de um assunto específico, uma campanha ou projecto, surgem assim como alinhamentos ad-hoc, concentrados na prossecução de um fim específico, e dissolvendo-se com a sua execução. Campanhas como a dos Objectivos do Milénio constituem bons exemplos deste tipo de iniciativas.

4. Biografias internacionais

Se os espaços-tempos e os contextos e estruturas de participação constituem uma importante forma de olhar os movimentos sociais, não nos podemos esquecer que estes são construídos por indivíduos, activistas que se envolvem em movimentos sociais e que desta forma prosseguem determinadas acções, atribuindo-lhes sentidos específicos. Como personagens de um livro em constante redacção, os actores dos movimentos sociais são múltiplos, pertencentes a diferentes gerações e apresentando trajectórias diferenciadas. Se nos centramos em biografias caracterizadas por processos de multi-participação, verificamos como as trajectórias individuais se tornam metáfora e metonímia para a complexa narrativa dos movimentos sociais. Da rica complexidade dos percursos de envolvimento ressaltam múltiplas mobilidades, espaciais, temporais e temáticas, acompanhadas por processos de negociação identitária, metamorfoses mais ou menos conflituais, e articulações diversas, dos 'kits culturais' previsíveis às contradições inesperadas. Os indivíduos surgem, assim, como importantes pontos de cruzamento entre uma miríade de vectores identitários, sobre os quais constroem a sua própria identidade de activistas. Por outro lado, se é verdade que a multi-participação constitui um elo entre diferentes contextos, unidos através de determinados actores, também não podemos reduzir o potencial da multi-participação a um simples elo de ligação. Com efeito, este processo actua – ou pode actuar – simultaneamente, como um mecanismo de rede, com um papel transformador para os contextos visados, que frequentemente se vêem reconstruídos pelas novas ligações estabelecidas. Torna-se assim possível discutir diferentes modelos de ampliação de redes, construídos com base na multi-participação dos indivíduos envolvidos. É ainda de salientar que, em muitos casos, as trajectórias dos indivíduos são marcadas por momentos de internacionalização, e que essas trajectórias têm, frequentemente um impacto nos próprios movimentos sociais entre os quais estes actores se movem.

No conjunto de entrevistas de cariz biográfico que tive oportunidade de realizar durante o trabalho de campo, diferentes modalidades de 'biografias internacionais' surgiram. Podemos assim falar de biografias internacionais de (1) indivíduos que, por qualquer motivo se deslocam – muito frequentemente por motivos académicos ou profissionais – e que procuram no país para onde se deslocam uma organização semelhante àquela em que participavam anteriormente, transacionando posteriormente informações entre as duas organizações e desta forma enriquecendo-as; (2) indivíduos que se deslocaram para o exterior e que aí colheram informações novas sobre projectos ideológicos e repertórios de acção e que as



transportaram de volta consigo; (3) indivíduos estrangeiros que residem em Portugal e que trouxeram consigo dados e informação de movimentos do país de origem e (4) indivíduos que circulam no circuito internacional dos movimentos sociais, e que de alguma forma se movem num plano diferenciado, mas actuando eles próprios como 'elevadores de sentido', tendo relações de proximidade e distancia com o contexto local/nacional.

5. Conclusão – Instrumentos de rede

Se é verdade que a(s) rede(s) de acção colectiva se baseiam num conjunto de mecanismos e elementos de ligação, como é o caso dos militantes, das organizações e plataformas e dos eventos globais, estas relações reticulares só se tornam possíveis mediante um conjunto de instrumentos adjuvantes. A mobilização social bem sucedida, de larga escala, com um impacto profundo, não se constroi apenas em torno de projectos, discursos ideológicos e rétoricas. Constroi-se, quotidianamente, sobre um campo de possibilidades mais ou menos restrito, exigindo recursos disponíveis: capacidade financeira, conhecimento, capitais relacionais, mobilidade e disponibilidade de espaços-âncora onde a acção toma lugar. Neste sentido, podemos dizer que a acção política dos movimentos sociais fundamenta-se sobre um conjunto vasto de mecanismos infra-estruturais, também tecnológicos. A ampliação de redes no espaço, transpondo barreiras nacionais é facilitada pela proliferação de infra-estruturas tecnológicas – notavelmente a internet – e pela oferta de instrumentos de tradução e adaptação. Por outro lado, a construção de referências comuns é incrementada pela partilha de referentes culturais e simbólicos, pela constituição de agendas comuns, pela difusão noticiosa e informativa e pela elaboração de uma memória social transversal colectiva.

Em primeiro lugar, o uso mais generalizado da internet tem permitido, de forma particularmente expressiva, a presença no espaço global de movimentos de cariz local ou particular. O espaço virtual actua nestes casos como um *showcase* que permite a explanação de discursos, projectos e causas, e a transferência de informação e conhecimento. A circulação acelerada de informação, de forma sincrónica, permite ainda uma concertação da acção a diversos níveis, permitindo a convocatória electrónica para manifestações e outros *happenings*. Esta concertação de acções permite uma paralela convergência de actores, numa dupla lógica de amplificação e densificação de redes sociais. Por um lado, amplia-se o espaço social de recrutamento (através da difusão de informação). Por outro, torna-se possível a concertação de actores individuais e colectivos de diversas partes do globo, através da abertura de canais de comunicação que conectam diferentes movimentos sociais e que proporcionm pontos de comunicação entre movimentos, nomeadamente através de mailing lists disseminadas por diversos endereços electrónicos, foruns de discussão, newsletters. O surgimento destas listas electrónicas, bem como de salas de conversação virtual (chats) e de mecanismos que possibilitam telefonemas baratos através da internet permitem agregar colectivos dispersos e criar plataformas internacionais. Desta forma, actores distantes que partilham determinados princípios políticos podem por-se em contacto e, idealmente, conjugar esforços.

Note-se todavia, que, as capacidades de participação tecnológica estão também desigualmente distribuidos, não apenas dentro da sociedade em geral, mas também entre os próprios actores dos movimentos sociais. Neste sentido novas desigualdades e novas hierarquias internas aos próprios movimentos sociais são construídas em torno da questão tecnológica, tema que tem também constituído um ponto focal no debate sobre as chamadas ferramentas políticas, e que constitui também área de intervenção para um conjunto de colectivos que elegem o desenvolvimento e a integração nestas infra-estruturas como umas das suas principais esferas de acção. Refiro-me aqui a organizações que promovem e divulgam conhecimento e *know-how* sobre ferramentas da internet ou que oferecem espaço virtual para o alojamento de websites de movimentos sociais.

Outro instrumento base para a prossecução de uma organização concertada entre os movimentos sociais é a utilização de ferramentas de tradução. Com efeito, a internacionalização pressupõe o domínio linguístico (o que introduz obviamente desigualdades profundas) ou exige processos expeditos de tradução. É neste



âmbito que surge, por exemplo a organização internacional Babels, rede de interpretes voluntários que asseguram a tradução simultânea, por exemplo, durante os fóruns sociais.

Os exemplos anteriormente citados mostram como a internet surge como uma poderosa ferramenta para a construção de movimentos em rede e redes de movimentos, entroncando, desta forma, enquanto infraestrutura tecnológica. No entanto, as redes entre movimentos sociais não se baseiam apenas nas condições de possibilidade – na infraestrutura tecnológica – exigem também processos de convergências e fusões conceptuais, que são também possibilitados pela existência de um conjunto de instrumentos, que actuam como uma, digamos, super-estrutura. Falo, por exemplo, de instrumentos que facilitam a construção quer de agendas colectivas, seleccionando notícias, eventos e convocatórias; quer de memórias e narrativas comuns, sistematizando e divulgando informação sobre organizações, e eventos e desta forma construindo uma memória colectiva partilhada. Embora este tipo de função seja cumprido a diversos níveis, notavelmente pelos teóricos dos movimentos sociais, em suportes mais tradicionais como os livros ou as palestras, podemos destacar, também no âmbito da internet, a existência de determinados instrumentos: agências noticiosas alternativas, mailing lists e revistas online, que divulgam agendas de participação e ainda um conjunto de ferramentas de memória, organizadas como redes internacionais de investigação-activista que sistematizam uma memória comum.

A internacionalização dos movimentos sociais baseia-se assim num conjunto de mecanismos (actores individuais e colectivos e espaços-tempos de interacção) e num conjunto de instrumentos que facilitam e promovem o alargamento destas mesmas redes. E, no complexo bordado que se cria – e vai criando – nesta interacção, vão-se transformando também os impactos, os projectos e os repertórios de acção dos próprios movimentos.

ⁱ O trabalho de campo, em curso há dois anos e meio, combina uma análise estatística, entrevistas biográficas a activistas e etnografia multi-situada em eventos e processos de preparação e avaliação a posteriori dos mesmos.